

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Gabriel de Mesquita Simões

Investimentos “verdes” de fundos soberanos:
As lições e debilidades dos modelos saudita e emiradense

Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais

São Paulo
2023

Gabriel de Mesquita Simões

Investimentos “verdes” de fundos soberanos
As lições e debilidades dos modelos saudita e emiradense

Trabalho apresentado à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do(a) prof.(a), dr.(a) – Priscila Villela.

São Paulo
2023

Banca Examinadora

RESUMO

SIMÕES, Gabriel, **Investimentos “verdes” de fundos soberanos As lições e debilidades dos modelos saudita e emiradense,**

Este trabalho é uma análise comparativa dos investimentos em atividades de baixo ou zero impacto ambiental, também chamados de investimentos sustentáveis ou “verdes”, de dois dos maiores fundos soberanos do Golfo Árabe, o *Public Investment Fund* (PIF), da Arábia Saudita, e o *Abu Dhabi Investment Authority* (ADIA), dos Emirados Árabes Unidos. São dois dos maiores fundos soberanos do mundo e são de países da mesma região com características similares: grandes produtores de petróleo e gás natural voltados para a exportação, economias altamente dependentes de atividades produtivas que muito contribuem para as mudanças climáticas. Foram analisados as empresas e iniciativas de baixo ou zero impacto ambiental desses dois fundos e comparados entre si, de maneira a compreendermos as diferentes posturas e racional de investimento de cada um dos fundos. O PIF tem uma postura mais agressiva, uma vez que investe de maneira a ter participação relevante no conselho, de forma a trazer esses investimentos para dentro de suas fronteiras, ao contrário da ADIA, que pulveriza sem alcançar participação majoritária, em projetos no mundo todo.

Palavras-chave: Fundos Soberanos, PIF, ADIA, investimentos, sustentável

ABSTRACT

SIMÕES, Gabriel, **Investimentos “verdes” de fundos soberanos As lições e debilidades dos modelos saudita e emiradense,**

This paper is a comparative analysis of the investments, in activities that have little to zero impact on the environment, also known as sustainable investments or “green investments”, of two of the largest sovereign wealth funds (SWFs) in the arab gulf, Saudi Arabia’s Public Investment Fund (PIF), and the Abu Dhabi Investment Authority (ADIA), from the United Arab Emirates. These are two of the largest SWFs in the world, and from countries with similar characteristics: large oil and gas producers and exporters, both highly dependent on an industry that is a great contributor to the climate change. Companies and projects invested by the two funds were analysed so there was a better understanding of the different approaches between the two funds When it comes to their respective investment strategy. PIF has a more aggressive posture, investing in large amounts to try and bring these initiatives to be produced domestically, whereas ADIA pulverizes its Investments in minor participations across projects and companies Around the world.

Keywords: Sovereign Wealth Funds, PIF, ADIA, investments, sustainable

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SWF	Sovereign Wealth Fund (Fundo Soberano de Investimento)
PIF	Public Investment Fund
ADIA	Abu Dhabi Investment Authority

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	OBJETIVO	18
3	METODOLOGIA	20
4	FUNDOS SOBERANOS – O QUE SÃO?	22
5	FUNDOS SOBERANOS DO GOLFO – REVISÃO DE LITERATURA	24
6	ANÁLISE EMPÍRICA DOS SWFS	28
7	SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS	32
8	SWFS E A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA	34
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	37

1 INTRODUÇÃO

Os fundos soberanos (Sovereign Wealth Funds, ou SWF) se tornaram uma ferramenta dos estados nacionais para poder diversificar a maneira que um país tem de se financiar, investindo em companhias e projetos do mundo inteiro, de forma a trazer ganhos financeiros para seus respectivos países. Ao contrário das reservas internacionais, os fundos soberanos não são apenas reservas em moeda, pois operam como fundos tradicionais, no intuito de gerar lucros e dividendos. São aplicados recursos em projetos de infraestrutura, nos mercados de ações, na compra de títulos de dívida, locais e estrangeiros, por exemplo (BAZOOBANDI, 2013).

Ao longo dos anos, muitos deles têm acumulado fortunas. O fundo soberano norueguês, por exemplo, tem, em sua carteira, ativos que somam mais de 1 trilhão de dólares. E é uma fonte de recursos que não interessa apenas ao país detentor do fundo. É um meio para os países receptores desse tipo de investimento financiarem sua infraestrutura, para aumentar a injeção de dinheiro externo ao atrair investidores dessa magnitude (BAZOOBANDI, 2013).

O consenso científico em torno da desregulação do funcionamento do clima por conta da ação humana, em especial do uso de energias poluentes como o carvão e o petróleo, faz com que a atividade econômica se reorienta em direção a matrizes energéticas e cadeias produtivas mais sustentáveis. Com isso, é importante saber de que maneira os países do Golfo Árabe, grandes produtores de petróleo e gás, que são extremamente dependentes dessas fontes de energia, se comportarão para manter suas economias em funcionamento. A limitação do uso e produção de combustíveis na União Europeia, nos Estados Unidos e o avanço com o qual a China apresenta em termos de produção de energia renovável são um alerta para os grandes produtores árabes (TAGLIAPETRA, 2013).

O combustível fóssil ainda é usado em larga escala pela humanidade, bem como ainda se mantém como uma commodity poderosa nos mercados internacionais, mas é possível atestar que esse poder deve diminuir com a massificação da produção e do acesso a cadeias logísticas que não demandam energia advinda do petróleo e seus derivados. Portanto, neste trabalho, será investigado o que a literatura que se dedica ao estudo dos fundos soberanos do Golfo revela sobre o perfil de investimento desses fundos e quais as movimentações desses fundos em direção a energias

renováveis, caso haja. Com foco especial em dois fundos soberanos, veremos a que tipos de investimentos se dedicam esses atores quando o assunto são os investimentos em cadeias produtivas e energias renováveis (TAGLIAPETRA, 2013).

Serão estudados os fundos soberanos da Arábia Saudita, chamado de Public Investment Fund (PIF), um dos maiores e mais ativos do mundo, fonte de interesse de inúmeros governos ao redor do mundo como maneira de atrair financiamento para projetos diversos dentro de seus países, bem como o Abu Dhabi Investment Authority (ADIA), maior fundo soberano dos Emirados Árabes Unidos e, também, consolidado como um dos maiores do mundo.

Esses fundos servem não só como ferramenta de financiamento internacional, principalmente aos países em desenvolvimento, como também, aos países detentores desses fundos, como fonte de projeção internacional e prestígio. Os lucros e dividendos da atividade de extração de combustíveis fósseis excedentes aumentam o tamanho desses fundos, ao mesmo tempo que o corpo burocrático desses fundos avaliam projetos diversos em todo o mundo, desde títulos de dívidas nacionais a projetos de infraestrutura, de forma a ampliar os ganhos financeiros desses países, consolidando uma presença internacional importante, capaz de trazer ganhos para além do financeiro, como participação em setores estratégicos ao país, transferência de tecnologia e diversificação produtiva para amenizar choques econômicos ligados aos ciclos das commodities (SEZNEC, 2008).

A prioridade desses fundos está longe de ser a introdução de uma transição energética. Estudos relacionados a fundos soberanos tem muito pouco interesse nos investimentos de baixo impacto ambiental, justamente por não serem prioridade dentro desses fundos, ao mesmo tempo que são instituições de caráter conservador, que até muito recentemente, tinham o foco na compra de títulos públicos americanos e participações pequenas em empresas do setor de óleo e gás, como forma de favorecer a cadeia produtiva já existente nesses países. Movimentos recentes, ligados às questões climáticas, bem como a própria imagem que os grandes exportadores de petróleo desejam passar para o mundo, de economias que têm aspirações de se diversificar e tornar suas matrizes energéticas e produtivas mais sustentáveis (SEZNEC, 2008).

No entanto, é importante analisar qual a posição que esses fundos têm em fontes produtivas renováveis ou de baixa emissão, para entender a visão que grandes produtores de combustíveis fósseis têm para suas economias. A comunidade

internacional como um todo ainda não opera com a certeza de que existe uma emergência global que demanda uma atenção e financiamento robusto para a transição energética.

Portanto, entender esses esforços iniciais como a filosofia por trás dos investimentos “verdes” árabes, nos dá uma capacidade, mesmo que abstrata, de projetar quais os caminhos adotados pelos países produtores de petróleo e seus derivados no advento de uma emergência climática severa, tendo em vista que esse é um cenário que grande parte da comunidade científica já enxerga como certo em um futuro não tão distante. Além disso, serve como exemplo pelo qual países com as mesmas características podem ser capazes de reproduzir, caso entendam as posturas desses fundos congruentes com seus respectivos interesses nacionais.

O Golfo árabe é uma região que concentra muito dinheiro, tendo em vista a quantidade de países na região que são grandes exportadores de óleo e gás no mercado internacional. Saber de que maneira operam nos mercados internacionais os excedentes dessa produção através dos fundos soberanos de investimento é uma forma de entender como, no futuro, o dinheiro dedicado à produção de energia sustentável e cadeias produtivas de baixa emissão de gases de efeito estufa pode circular, considerando a necessidade global por recursos que o mundo deve necessitar de forma ainda mais intensa. Esse trabalho pretende entender o presente desses fundos, mas promove a discussão de como podem operar no futuro, além de promover um debate sobre esses modelos, de forma a serem contemplados por outros países com perfil produtivo semelhante.

2 OBJETIVO

Os canais institucionais dos SWFs em análise neste trabalho enfatizam que é uma preocupação dos países produtores de petróleo aqui contemplados pensar maneiras para diversificar suas economias de forma a deixarem de depender da produção e exportação de combustíveis fósseis, de se tornarem economias com menor impacto ambiental e, conseqüentemente, mais dinâmicas e competitivas no cenário global. Suas posturas públicas, mesmo que de forma retórica para o agrado da comunidade internacional, indicam essas preocupações e aspirações (PIF, 2022; ADIA, 2022).

Este trabalho, portanto, tem como objetivo principal analisar o perfil dos investimentos em energias renováveis e empresas com produção dedicada a atividades de baixa emissão de carbono dentro dos fundos soberanos do Golfo Árabe, com foco nos SWFs da Arábia Saudita e de Abu Dhabi, para entender se existe um esforço desses fundos em investir em projetos e empresas de baixo impacto ambiental. No caso de haver, serão demonstradas quais essas iniciativas, quais os valores dedicados a elas e qual a participação desses fundos nessas iniciativas.

Quer-se, aqui, entender se existe um papel na atuação desses fundos soberanos numa possível transição produtiva dos países do Golfo para atividades menos e/ou não poluentes e como ela se dá. Se a retórica não passa de um “greenwashing”, termo cunhado pelo ambientalista novaiorquino Jay Westervelt nos anos 80, um discurso enganoso que empresas e governos adotam, uma demonstração de alinhamento com a necessidade de reorientar suas condutas à produção sustentável e redução de emissões sem, de fato, mover esforços para isso (YANG et. Al., 2020).

Como a projeção econômica dos países árabes do Golfo se dá, também, pela atuação de seus fundos soberanos, é importante esclarecer como essa projeção acontece no recorte da economia de matriz renovável, das iniciativas e empresas dedicadas à produção com menor ou zero impacto ambiental, de maneira a mapear onde a região se encaixa na aurora da economia de baixo carbono, chamada também economia “verde”. Segundo a Agência da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a PNUMA, a economia verde é aquela voltada para o “bem-estar humano e a equidade social, reduzindo os riscos ambientais e a escassez de recursos” (D’AVIGNON, CARUSO, 2011).

A União Europeia, com seu mercado consumidor e ambiente regulatório cada vez mais rígido considerando a questão ambiental; a China, que é o mais importante produtor de energia limpa no mundo e mesmo o Brasil, pelas suas florestas e matriz energética entre as menos poluentes do mundo, são regiões e países que tem a pauta do clima e do meio ambiente como mais relevantes nas suas agendas internacionais. No entanto, considerar regiões que não são as mais importantes quando se pensa na agenda do clima e do meio ambiente, mas que são responsáveis por abastecer a economia baseada na queima de combustíveis fósseis é crucial para se compreender as direções possíveis do mundo quando pensamos na transição energética e produtiva.

3 METODOLOGIA

Este trabalho é uma análise comparada do perfil dos investimentos considerados “verdes”, de baixo ou zero impacto ambiental, dos fundos soberanos da Arábia Saudita e de Abu Dhabi. Portanto, serão investigados quais são esses investimentos, mais especificamente quais empresas ou projetos são financiadas por esses fundos, ou têm esses fundos como investidores ou acionistas. É uma análise qualitativa desses investimentos que reúne uma série de fontes documentais. Como fontes primárias, serão utilizados documentos institucionais dos governos desses países, bem como todo o conteúdo disponibilizado nos sites oficiais dos fundos contemplados.

Um dos grandes empecilhos ao estudar fundos soberanos, especialmente no mundo árabe, é a falta de transparência em muitas dessas instituições, que, ao contrário de fundos tradicionais, que devem prestar contas aos seus cotistas, não são obrigados a divulgar ao público em geral o destino de seus recursos. Feitas essas considerações, é importante destacar que investimentos em energia renovável ainda são considerados uma alternativa de investimento, portanto uma maneira de diversificação de um fundo. Não é o tipo de investimento que tem as maiores participações dentro de fundos, sejam eles nacionais ou privados. Somente em fundos especiais que se dedicam a atividades de baixa ou nenhuma emissão que vemos uma maior participação dessas atividades em fundos de investimento.

Com isso, serão analisados dois dos maiores fundos soberanos dos países do Golfo, que têm ativos avaliados em mais de 300 bilhões de dólares e estão entre os dez maiores SFWs do mundo. Esse recorte foi feito por conta de os gestores de fundos menores ainda não deterem posições relevantes em companhias e projetos de baixa emissão de carbono, nem transparência suficiente para que os dados possam ser avaliados em um trabalho como esse.

Foram selecionados, portanto, o fundo PIF, Public Investment Fund, da Arábia Saudita e o ADIA, Abu Dhabi Investment Authority, de Abu Dhabi, por serem dois dos três maiores e com o maior nível relativo de transparência entre os SWFs da região do Golfo. O KIA, Kuwait Investment Authority, por exemplo, segundo maior da região, não foi possível de ser estudado, pois não são públicos os dados de investimento do fundo. Sua burocracia, apesar de contatada, não permitiu acesso aos seus investimentos para análise. Essas iniciativas analisadas são uma amostra pequena,

quando consideramos valores, dentro do universo das SWFs analisadas, mas são indícios de como se comportam esses fundos levando em conta as iniciativas de baixo ou zero impacto ambiental, que serão comparadas entre si para compreensão da postura dos SWFs analisados.

4 FUNDOS SOBERANOS – O QUE SÃO?

Os Sovereign Wealth Funds, também conhecidos como fundos soberanos de riqueza, são uma criação do mundo árabe. O primeiro SWF foi estabelecido pelo Kuwait, em 1953, na cidade de Londres, com o nome Kuwait Investment Board, que viria a se tornar o KIA, Kuwait Investment Authority, criado pelo Sheik Abdullah Al-Salem Al-Sabah. Sua agenda consistia em amenizar os choques cíclicos em um país altamente dependente das receitas do petróleo vendidas no mercado internacional. E foram alocadas nesse fundo as receitas superavitárias provenientes da extração do petróleo do país, um modus operandi não muito distinto do que se vê na maneira como operam os grandes SWF do Golfo Árabe até a atualidade. (HASSAN, 2009)

Na segunda metade dos anos setenta, no entanto, foi quando os SWF passaram a se multiplicar e, nos anos 2000, tornam-se prática recorrente dos países enquanto destino dos resultados financeiros superavitários dos estados nacionais. A miríade de SWF pelo mundo, e a maneira como cada um opera, dificulta na sua definição, de forma que seja simples e horizontal, mas é possível considerar que um SWF é um fundo detido por uma nação soberana. (VIEIRA, 2013)

Segundo a OCDE, SWFs são “government-owned investment vehicles that are funded by foreign exchange assets”, ou seja, veículos de investimento detidos pelos governos que são financiados por ativos cambiais estrangeiros, em tradução livre (OCDE, 2007). Já o FMI os classifica como “government owned investment funds, set up for a variety of macroeconomic purposes. They are commonly funded by the transfer of foreign exchange assets that are invested long term, overseas”, fundos de investimentos detidos pelos governos, estabelecidos numa variedade de propósitos macroeconômicos. São comumente financiados pela transferência de ativos cambiais estrangeiros que são investidos no longo prazo, também em tradução livre (HAMMER, KUNZEL E PETROVA, 2008). Ou seja, são fundos desenhados para alocar recursos nacionais em iniciativas estrangeiras e domésticas e são gerenciados de maneira segregada às “previstas e estabelecidas pelas autoridades monetárias para as reservas oficiais” (VIEIRA, 2013, p. 67).

Das diferentes definições encontradas por Vieira, SWFs têm, como aspectos em comum, serem “(i) detidos ou controlados pelos Estados ou unidades administrativas dentro desses estados, considerando o SWF do Alasca, por exemplo, (ii) não possuem obrigações ou passivos explícitos e (iii) serem administrados de modo segregado do restante das reservas internacionais” (VIEIRA, 2013, p. 69) e

podem ser classificados de acordo com a maneira que são financiados. Seus recursos podem vir da receita de commodities ou não commodities, sendo a primeira, a fonte mais recorrente para o estabelecimento de SWFs. Também se dividem por modalidade, entre as quais estabilização, poupança para gerações futuras, reservas internacionais, desenvolvimento e pensão de reserva (VIEIRA, 2013, p. 72).

5 FUNDOS SOBERANOS DO GOLFO – REVISÃO DE LITERATURA

Estudos ligados a atuação dos SWF do Golfo Árabe se concentram nos anos de grande pujança econômica do fim da primeira década do século XXI, período no qual o preço dos combustíveis se encontrava nos mais altos patamares da história. No entanto, o perfil de investimento desses fundos, muito por conta dos altos preços das commodities, se concentrava na própria cadeia produtiva desses tipos de bens. Abu Dhabi, até 2009, por exemplo, detinha ações de companhias de tecnologia petroquímica da Áustria e da Noruega, garantindo participação em todos os processos da cadeia produtiva necessária para a extração de seus poços (SEZNEC, 2008).

Seznec (2008) nem sugere investimentos em energias renováveis ou cadeias produtivas sustentáveis como possíveis investimentos dos SWF do Golfo. É uma preocupação que parece surgir a partir dos anos 2010. A carteira desses fundos focava na aplicação em projetos de longo prazo, que alimentavam aquilo que os países já faziam em grande escala, a extração de combustíveis fósseis e a produção interna, não focados na consolidação de alternativas sustentáveis. Os cinco maiores SWF do mundo, em 2013, eram fundos consolidados pelas receitas de países produtores de petróleo, entre os quais a Noruega, os Emirados Árabes Unidos, a Arábia Saudita, o Kuwait e a Rússia. E seus objetivos são de estabilização e de estabelecimento de reservas, não necessariamente do patrocínio de uma transição produtiva para uma economia sustentável (BAZOOBANDI, 2013).

A definição de SWF permite pensar essa aspiração na atuação de um fundo desse tipo. Por terem seus ativos investidos em outros países, pode servir não apenas de uma poupança nacional, de fonte de recursos para momentos de crise ou qualquer mecanismo análogo. Podem estabelecer investimentos de maior risco, de forma a garantir “transferências de tecnologias para o desenvolvimento e diversificação das economias domésticas (BAZOOBANDI, 2013, p.33)”. Dessa maneira, um SWF pode operar de uma maneira a reorientar a produção nacional e as receitas presentes do petróleo são mais do que capazes de patrocinar esse processo em direção a uma economia de menor impacto ambiental.

No entanto, a postura desses fundos é considerada conservadora, mirando investimentos de longo prazo, dado o caráter de maior cautela das famílias que governam as nações do Golfo. Além, o medo do sentimento antiárabe dessas autoridades nos Estados Unidos, por exemplo, fez com que esses fundos nunca ousassem ter participações em empresas americanas ou europeias que as fizessem

ter o poder de voto nas assembleias dessas companhias, de forma a evitar consequências políticas. A Arábia Saudita, por exemplo, não investia fora do território nacional, apenas em compras de títulos públicos americanos (SEZNEC, 2008).

Vê-se, a partir da segunda década do século, uma transição nesse perfil. Abu Dhabi e o Qatar iniciam investimentos para além do mercado de óleo e gás. Países árabes ricos e grandes produtores de hidrocarbonetos alteram seu perfil, principalmente em pesquisa e desenvolvimento (R&D) de forma a patrocinar projetos e centros de pesquisa em seus próprios territórios para que possam conduzir o futuro do crescimento nacional de forma menos dependente desse tipo de produção. Dessa maneira seriam introduzidos aos desafios do século XXI, quanto às mudanças climáticas, como potências sustentáveis. (TAGLIAPETRA, 2013).

O ADIA, Abu Dhabi Investment Authority, SWF de Abu Dhabi, tem participação na Greenko, por exemplo, uma companhia de energia indiana focada em projetos de energia renovável. E o sentido econômico existe e é positivo para essas nações. Menor dependência na exploração de hidrocarbonetos aumentaria a capacidade desses países de lidar com as questões da mudança do clima, bem como disponibilizaria mais commodities destinadas à exportação, uma vez que o mercado interno supera o consumo desse tipo de produto. A mudança do pensamento em torno do tipo de investimento dos SWF acompanha a queda dos preços do petróleo de 2014, episódio que tornou mais efetivos os esforços de diversificação das economias do Golfo. Aspirações dessa natureza sempre existiram, sem muita iniciativa das classes governantes desses países até então (AL-SARIHI, 2019).

Essa diversificação, pelo menos na Arábia Saudita, parece não estar considerando as questões climáticas e as dificuldades postas pelo processo de alteração das condições ambientais. E no plano nacional, o país não tem um projeto claro, com metas e métodos de avaliação sobre a mitigação da produção de gases do efeito estufa e de atividades produtivas que prejudicam o meio ambiente. Apesar de ter estabelecidos comitês e conselhos nacionais para tratar do desenvolvimento limpo, a resposta econômica de diversificação ainda não se associou ao desenvolvimento sustentável no país, o que prejudica suas chances de se projetar como potência econômica sustentável (AL-SAHIRI, 2019).

No entanto, as iniciativas coordenadas pelo governo já demonstram essa transição, com a construção de autoridades para o monitoramento do avanço na implantação de sistemas de monitoramento e pesquisa das matrizes energéticas

sauditas, para a construção de edifícios construídos e operados de maneira sustentável e da produção de combustível que é mais bem aproveitado, causando menor desperdício. São esforços esparsos, não coordenados, que indicam como o reino aborda a relevância de se investir em alternativas energéticas em seus fundos soberanos (AL-SARIHI, 2019).

Apesar de não se dedicar nos investimentos em energias renováveis em grande escala, a Agenda 2030 do governo da Arábia Saudita é um plano nacional de diversificação da economia, com metas e prazos para tornar o reino saudita menos dependente das receitas do petróleo. As diretrizes desse grande projeto introduzem a construção de iniciativas que vão desde a indústria da defesa, à indústria da saúde, do entretenimento e das finanças. De certa maneira contemplam as questões de sustentabilidade, uma vez que se deseja dar ao país segurança alimentar, introduzindo soluções de agricultura e de água para garantir o abastecimento local. E reserva parte importante de seu relatório para “alavancar o potencial natural do reino para o crescimento de serviços de utilidade pública e o setor de energias renováveis.” (PIF STRATEGY 2030, 2021). Os objetivos do SWF saudita, o Public Investment Fund, é de transferência de “tecnologia renovável de ponta, aumento dos ativos do fundo em energias renováveis e a construção de parcerias estratégicas” (PIF STRATEGY 2030, 2021).

O grande problema quando se pensa não só nos SWF do Golfo, mas também dos dados em geral que essa região produz, é a questão da transparência e da qualidade dos dados obtidos. O que se sabe é apenas o que é descoberto ou divulgado por esses fundos e autoridades. Grande parte das estimativas do valor em ativos desses fundos não são precisas, podendo esses fundos serem superestimados. O Kuwait é o país que se mostra como o mais transparente em relação a seu SWF, por estar sujeito ao ministério das finanças, podendo prestar contas ao legislativo caso haja qualquer tipo de desconfiança quanto ao manejo dos ativos sob sua custódia (AL-SAHIRI, 2009; SEZNEC, 2008).

Esses SWF são compostos, em sua maioria, por participações em negócios considerados conservadores, de forma a preservar, no longo prazo, o risco e evitar perdas nos mercados internacionais. Detém participações em bancos importantes no sistema financeiro internacional, como o americano Citibank e o britânico Barclays, mantendo a participação num nível que lhes retira responsabilidades administrativas ou políticas. Outra modalidade comum é o mercado imobiliário, outra forma de

investimento considerada conservadora e de longo prazo. Muitos desses fundos, até a crise de 2008, realizavam investimentos com pouco sentido econômico. A crise trouxe mecanismos de controle e métricas de avaliação mais rigorosas para se investir (BAZOOBANDI, 2013; SEZNEC, 2008).

Portanto esses SWF apresentam indícios de investimentos em projetos e iniciativas de menor impacto ambiental, mas a quantidade de capital investido nesse sentido é pequena comparada ao que se reserva para aplicações mais rentáveis e com menor risco, como a bancária e imobiliária. A Arábia Saudita, mais conservadora das economias do Golfo na operação de seus SWF inicia um processo de diversificação para além da compra de títulos americanos. É a nação com as maiores receitas advindas da exportação de commodities e com maior população. Portanto deve ser o país com o maior interesse em sedimentar as bases do que será a economia saudita sem a rentável produção petroleira.

6 ANÁLISE EMPÍRICA DOS SWFS

Entre os 10 maiores fundos soberanos do mundo, 4 são do Golfo Árabe e, entre os 100 maiores, 13 são dos países da região, sendo 7 só dos Emirados Árabes:

	Fundo (SWF)	Valor dos ativos	País
3.	Abu Dhabi Investment Authority	\$708,750,000,000	Emirados Árabes
4.	Kuwait Investment Authority	\$708,420,960,000	Kuwait
6.	Public Investment Fund	\$620,000,000,000	Arábia Saudita
9.	Qatar Investment Authority	\$450,000,000,000	Catar
11.	Investment Corporation of Dubai	\$299,713,424,251	Emirados Árabes
13.	Mubadala Investment Company	\$284,469,900,000	Emirados Árabes
19.	Abu Dhabi DHC	\$102,000,000,000	Emirados Árabes
21.	Emirates Investment Authority	\$78,000,000,000	Emirados Árabes
41.	Mumtalakat Holding	\$17,519,500,000	Emirados Árabes
43.	Oman Investment Authority	\$17,000,000,000	Omã
71.	Sharjah Asset Management	\$1,900,000,000	Bahrein
84.	Bahrain Reserve Fund	\$624,000,000	Bahrein
87.	Fujairah Holding	\$500,000,000	Emirados Árabes

(SWFI, 2022)

ADIA (Abu Dhabi Investment Authority)

O maior SWF do Golfo é, também, o terceiro maior do mundo, com ativos somando valores de \$708.750.000.000. Os investimentos da ADIA em energias renováveis se encontra no departamento de infraestrutura do fundo, e são seis as empresas que o SWF de Abu Dhabi tem participações. Como regra, a ADIA só permite participações em projetos de infraestrutura em torno de 10 a 40 por cento. Até o momento, as companhias em que o fundo é investidor produzem 16,8 giga watts (GWs), têm 6,1GW em construção e 12,5GW em desenvolvimento, uma capacidade instalada capaz de prover energia para 17,3 milhões de pessoas (ADIA, 2022).

Na América do Norte, as duas companhias nas quais investe são a Arevon Energy e a Great River Hydro. A primeira é uma companhia americana, do estado do Arizona, que opera plantas de energia solar nos Estados Unidos da América, enquanto a Great River Hydro produz energia limpa através de usinas hidrelétricas no Nordeste dos Estados Unidos. São duas empresas que não tem capital aberto e, portanto, não tem informações quanto ao valor de suas participações (ADIA, 2022).

Na Europa, a ADIA tem uma participação minoritária como cotista em um fundo chamado MGREF1, um fundo que investe em plantas de geração de energia eólica offshore no Reino Unido. Esse fundo é controlado e gerenciado pelo banco de investimento Macquarie, que tem uma subsidiária chamada GIG, Green Investment Group, que é um braço da companhia dedicado em investimentos em projetos de energia renováveis (GIG, 2022).

Na Índia, a ADIA tem participações em duas companhias. A primeira, a Greenko Group, é uma companhia que produz energia renovável de matriz solar, eólica e hidráulica. É uma companhia de capital aberto listada na bolsa de valores de Londres e a ADIA, assim como o SWF de Singapura, o GIC, investiu 1,3 bilhões de dólares na companhia. Já a ReNew Power, apesar de ser uma companhia de capital aberto, é listada na NASDAQ, bolsa de valores americana e opera plantas que produzem energia solar e eólica, com valor de mercado de cerca de 2,94 bilhões de dólares. Dadas as diretrizes de participação da ADIA, estima-se que a participação do fundo na companhia seja entre 294 milhões e 1,176 bilhão de dólares (GREENKO, 2022; RENEW POWER, 2022).

Por fim, a Equis Development é uma companhia limitada de Singapura que maneja resíduos para a produção de bioenergia, reciclagem e processamento de lixo e produz energia renovável na região Ásia-Pacífico, com plantas espalhadas pela Austrália, Japão e Coréia do Sul. A ADIA adquiriu participação de 625 milhões de dólares na companhia, num investimento junto a um fundo de pensão canadense (ADIA, 2022; KIM, 2020)

Investimentos “verdes” da ADIA

Nome da Companhia	País de origem da Companhia	Valor estimado investido (US\$)
Arevon Energy	Estados Unidos	- (10% - 40%)
Great River Hydro	Estados Unidos	- (10% - 40%)
Fundo MGREF1	Reino Unido	- (10% - 40%)
Greenko Group	Índia	1,3 bilhão (10% - 40%)
ReNew Power	Índia	294 mi – 1,176 bilhão (10% - 40%)

Equis Development	Singapura	625 milhões (10% - 40%)
----------------------	-----------	----------------------------

PIF, Public Investment Fund

O SWF da Arábia Saudita é o terceiro maior da região e o sexto maior do mundo, com ativos que somam 620 bilhões de dólares. O fundo saudita investe em inúmeros setores, como estratégia de diversificação da economia comandada por Mohammad Bin Salman e se dedica em iniciativas em empresas de energias renováveis em três frentes: reciclagem, produção de energia limpa e produção de carros elétricos. A Saudi Investment Recycling Company é uma companhia da própria Arábia Saudita, estabelecida em 2017, que tem como único dono o PIF e se encarrega de desenvolver, comandar, operar e financiar atividades relacionadas ao manejo sustentável do lixo por todo o Reino, de maneira a tornar o país uma economia circular de baixo desperdício e prejuízos ambientais (PIF, 2022).

No que concerne a produção de energia limpa, a Tarshid, National Energy Services Company, também estabelecida em 2017 e que tem como único dono o fundo saudita, é uma empresa de energia encarregada não só de produzir energia limpa, como também de desenvolver soluções para tornar o país mais eficiente no uso de sua energia. A companhia desenvolve projetos próprios, mas pode financiar e gerenciar os investimentos que faz em outras companhias, de forma a aplicar soluções relacionadas a reformas de prédios e da infraestrutura urbana para a economia de energia, num processo que chamam de *retrofit*, readequando edifícios antigos e tornando-os menos consumidores de energia (PIF, 2022; TARSHID, 2022).

Por fim, o único investimento internacional em uma companhia que se pretende como sustentável do SWF da Arábia Saudita está nos Estados Unidos. A Lucid Motors é uma companhia que produz carros elétricos de luxo e o PIF detêm uma participação de 60 por cento na companhia, avaliado em 18,2 bilhões de dólares em valor de mercado em julho de 2022. A compra da companhia se alia a aspiração do país árabe de diversificar sua economia. Sua participação na Lucid Motors possibilitou a instalação de um complexo industrial para a fabricação desses carros em território saudita, que pretende até 2030 produzir trezentos mil automóveis ao ano (PIF, 2022; LUCID MOTORS, 2022).

Investimentos verdes PIF

Nome da Companhia	País de origem da Companhia	Valor estimado investido (US\$)
Saudi Investment Recycling Company (SIRC)	Arábia Saudita	- (100%)
National Energy Services Company (Tarshid)	Arábia Saudita	- (100%)
Lucid Motors Inc.	Estados Unidos	18,2 bilhões (60%)

7 SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Mesmo tendo acesso a apenas dois SWFs do Golfo e seus investimentos em energias renováveis, o tipo de investimento que a ADIA e o PIF fazem revelam a estratégia diversa que os dois fundos têm ao aplicar seus recursos em projetos de energia e produção renováveis. Como semelhanças os dois fundos têm o objetivo de fazer investimentos de longo prazo que gerem uma redução no impacto ambiental das aplicações que esses SWFs fazem. Os dois fundos, no entanto, ainda não investiram de uma maneira mais robusta em projetos dessa natureza e isso é possível de ser entendido pela comparação entre o valor investido nas companhias “verdes” em comparação ao valor total dos ativos que têm.

É claro que um SWF, que serve também como poupança nacional, não tem o objetivo de investir somente em projetos e empresas. Sua função é garantir investimentos seguros para que a riqueza gerada pelos excedentes da produção de óleo e gás se multiplique e gere dividendos para a população, ou que possa ser uma fonte de recursos em tempos de crise. Com isso, faz sentido o tratamento de energias renováveis como um elemento de diversificação somente, quando desconsideramos as mudanças climáticas, mas observa-se um potencial maior em investimentos dessa natureza, tendo em vista a transição energética pela qual o mundo deve passar em um futuro não tão distante.

Consideradas as semelhanças, é importante destacar as diferenças de estratégia entre os dois fundos e a função que cada país atribui ao seu próprio SWF. A ADIA se comporta mais como um fundo tradicional, com a aspiração de multiplicar seus ganhos em projetos e países distintos, diversificando seus ativos e mantendo posições de acionista minoritário em projetos no mundo todo. E isso se reflete nos projetos de energia renovável em que tem participações. São seis companhias e fundos que operam em diferentes regiões no mundo que não tem a ADIA como operadora dessas empresas. Pelo contrário, sua participação costuma ocorrer em consórcio com fundos de pensão ou outros SWF.

Já o PIF tem um propósito de ser uma ferramenta de financiamento da transição produtiva da Arábia Saudita, de maneira que investe em companhias de seu próprio país para atender as aspirações da chamada Agenda 2030, que pretende diversificar a economia saudita e criar setores e indústrias no país. As duas companhias que atuam dentro do país foram criadas em 2017 e tem o PIF como único dono, sendo o SWF saudita um operador ativo de muitas das empresas que participa. A compra da

Lucid Motors, mesmo sendo uma empresa estrangeira, corrobora essa aspiração. Com o controle de uma empresa estrangeira, o PIF é capaz de fazer com que a companhia instale suas fábricas no país.

A pesquisa realizada para este trabalho não encontrou estudos comparativos focados em investimentos de natureza energética limpa ou de menor impacto ambiental dois fundos soberanos, mas a importância dessa comparação, dados os diferentes raciais por trás das estratégias dos dois fundos, se faz pelo que ela revela. Os estudos que focam na análise de investimentos em energias limpas e atividades menos poluentes indicam somente o potencial que esses fundos têm de patrocinar a transição produtiva dos países produtores de petróleo e gás natural, considerando como é recente a posição desses países em aderir ao movimento de diversificação em alternativas produtivas não poluentes (AL-SAHIRI, 2019; PETERSON, 2009).

São exemplos opostos dentro do universo dos SWFs. Portanto, compará-los e destacar suas diferenças mostra-se relevante no sentido de apresentar, dentro de um espectro de possibilidades que um fundo soberano tem de investir em energia e atividades de matriz sustentável, as posturas da ADIA e do PIF são os extremos. Portanto, qualquer iniciativa de um fundo soberano pode emular um ou outro modelo, ou ser um híbrido dos dois, em proporções múltiplas.

8 SWFS E A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

É preciso ter em mente que o caminho natural do estabelecimento de um fundo soberano de investimento é, em sua maioria, e a única via quando consideramos os países do Golfo, a produção massiva de combustíveis fósseis para que exista um excedente para onde serão destinados os recursos de um SWF que, então, serão pulverizados em iniciativas múltiplas ao redor do mundo. Desse montante, uma pequena fração será destinada a investimentos de pouco ou zero impacto no meio ambiente.

Ou seja, o caminho para que o dinheiro chegue em iniciativas que atenuam os efeitos no clima são residuais quando comparados aos massivos investimentos, emissões e poluição da retirada desses combustíveis fósseis para bancar os fundos soberanos. É um ciclo que não se sustenta enquanto modelo, portanto a adoção dos modelos analisados não deve ser considerada solução para a mudança climática. Contudo, não pode ser descartada, tendo em vista que muita atividade poluente segue a pleno vapor, portanto garantir que recursos sejam destinados para a superação de atividades poluentes para atividade menos ou não poluentes é sempre bem-vinda.

Ao mesmo tempo, tanto a ADIA quanto o PIF investem em alternativas, de forma embrionária e paulatina, que convergem para uma transição produtiva. Como já exposto anteriormente, essas iniciativas ainda não são relevantes e se tornaram crescentes em períodos mais recentes, mas parecem ser parte de um movimento importante e perene, que indica uma transição. A pujança e lucratividade do setor de óleo e gás, mesmo que vulnerabilizando as nações altamente dependentes da exportação desse tipo de commodity, não demandaria desses países se aventurarem em projetos alternativos de produção e de geração de energia. São um sintoma, a força motora que prepara essas nações para atenuar os efeitos das mudanças climáticas e, caso a tragédia climática se concretize, adaptar aos novos tempos.

Com isso, é possível compreender que os dois modelos de investir, apesar de serem em escalas muito pequenas, podem servir de inspiração para muitos países que dependem de commodities poluentes e que desejam elevar seus modelos de desenvolvimento, combinado a uma agenda que considere as mudanças climáticas e seus impactos no mundo. Países com populações pequenas como a dos Emirados Árabes Unidos, que têm na sua matriz produtiva atividades de baixo valor agregado, sejam elas commodities agropecuárias, minerais ou combustíveis fósseis tendem a se beneficiar com o modelo emiradense.

Já países que tenham populações maiores, podem usar desses recursos para construção de uma capacidade de financiamento de iniciativas e projetos internos para a diversificação da sua produção, de maneira a atenuar sua dependência na exportação de commodities poluentes, ao mesmo tempo que eleva sua infraestrutura e o mercado de trabalho sem ter de usar instrumentos de política monetária, diminuindo as chances de causar inflação, ao mesmo tempo que gera crescimento. Países maiores tem um mercado consumidor que permite iniciativas como a instauração de uma indústria de base, por exemplo, pois a escala demandada por essas iniciativas faz com que exista sentido econômico de estabelecimento de bases industriais nesses países, sem que exista a necessidade de competição imediata nos mercados internacionais.

O modelo saudita tem essa aspiração, de trazer para dentro de suas fronteiras atividades produtivas que não existem no país, de forma a diversificar a matriz produtiva da Arábia Saudita, elevando a diversidade de bens e serviços produzidos domesticamente, aumentando a oferta de empregos de alta complexidade e, portanto, com os melhores salários, atenuando a dependência do país em commodities para a exportação. Por fim, diminuindo a dependência do país como um todo em atividades que devem ser extinguidas, tendo em vista a emergência das mudanças climáticas.

São inúmeros os países que têm reservas naturais e que podem estabelecer um aparato institucional que garanta que os lucros da extração desses recursos possam ser alocados em fundos que apliquem em alternativas produtivas mais sustentáveis, garantindo não só recursos em um mundo que não mais demanda atividades poluentes, como também atenuando o choque provocado pela perda dessas atividades, garantindo maior estabilidade na manutenção de serviços públicos, dos choques econômicos, ao mesmo tempo que diminui sua dependência em atividades poluentes e eleva a sua capacidade de produzir e/ou se financiar por cadeias produtivas mais sustentáveis.

A Venezuela é um bom exemplo tendo em vista o modelo saudita. Os excedentes do petróleo, que com o ciclo das commodities tornaram o país próspero e melhorou a qualidade de seu aparato de bem-estar, foi colapsado quando o preço do barril de petróleo nos mercados internacionais despencou, acrescentando a isso as sanções internacionais que dificultaram a capacidade do país de se financiar e de escoar a sua produção no comércio exterior. Caso os recursos de indústria de óleo e gás do país, assim como fez a Noruega e os países do Golfo, fossem direcionados a um SWF, o

país teria recursos para financiar sua transição produtiva, diversificando sua produção e, aplicando internacionalmente em setores e serviços estratégicos ao país, poderia iniciar processos de transferência de tecnologia em setores como farmácia, biotecnologia, tendo em vista que o país tem parte da floresta amazônica em suas fronteiras (CARMO, 2020).

A Guiana é outro exemplo que pode se inspirar no modelo emiradense, tendo em vista as recentes descobertas de reservas de petróleo no país que podem trazer recursos que, se bem manejados, podem ser uma fonte de riqueza para o pequeno país e seus cidadãos que podem não só financiar uma transição energética do país para uma matriz 100% renovável e aplicar os excedentes da produção em iniciativas renováveis e rentáveis para que o povo do país possa garantir às suas futuras gerações mais chances de se adaptar de uma forma mais perene aos impactos das mudanças climáticas (PADULA et. Al., 2023).

São dois exemplos utópicos de como um SWF pode operar. Os próprios exemplos saudita e emiradense ainda desconsideram a emergência das mudanças climáticas. No entanto, são dois países que têm recursos para se adaptar a emergência climática. Países pouco diversificados economicamente e sem capacidades de se financiar devem sofrer de forma mais bruta que países que detêm recursos para promover uma adaptação rápida as mudanças do clima e seus desafios.

Mesmo estando em lugares com poucos recursos hídricos, desertos e temperaturas elevadas por grande parte do ano, os SWFs dos dois países, no advento das mudanças climáticas, tem capacidade de adaptar os países para as novas condições de forma muito mais efetiva que os exemplos sul-americanos. O que se vê, em contraste, são esforços limitados para a mitigação das mudanças climáticas nas decisões de investimento desses fundos, a adaptação parece ser o caminho escolhido pelas lideranças globais. Países que possivelmente se verão sem recursos para se adaptar aos impactos das mudanças climáticas, ao mesmo tempo que são impedidos, pela falta de demanda, de seus recursos poluentes, estão em situação de extrema vulnerabilidade.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os poucos dados oferecidos pelos SWFs do Golfo não impedem uma análise quanto às diferentes estratégias de investimento que os países usam quando consideram seus ricos fundos soberanos. Tanto a ADIA, quanto o PIF demonstram duas maneiras de aplicar os excedentes da exportação de petróleo de forma a garantir fundos para o futuro que não dependam da extração de óleo e gás.

Enquanto o SWF dos Emirados Árabes foca na distribuição de seus recursos em participações menores, diversificando seus ativos em inúmeros setores no mundo todo, a Arábia Saudita pretende fazer a mesma diversificação, mas dentro de suas fronteiras, para tornar a economia do país uma economia diversificada e dinâmica. A postura do PIF é como a de um financiador de um desenvolvimentismo como vimos no Brasil em meados do século XX, com financiamento doméstico no caso saudita, pois existe uma vontade do reino de Bin Salman em desenvolver companhias nacionais que produzam os mais sofisticados produtos e serviços que o mundo pode oferecer.

Com apenas 9,89 milhões de habitantes, os Emirados Árabes Unidos não têm a necessidade de oferecer empregos na proporção que a Arábia Saudita, que tem quase 60 milhões de habitantes (BANCO MUNDIAL, 2021). Portanto as estratégias aderidas pelos SWF desses dois países condizem com a realidade de suas nações e com a emergência que enxergam com o declínio do petróleo como fonte de energia das atividades econômicas contemporâneas.

São modelos que refletem a realidade habitacional de seus países e podem, portanto, ser adotados por países de realidades populacionais diversas. O Brasil, por exemplo, direciona grande parte dos excedentes da Petrobras, a gigante de petróleo brasileira, para o pagamento da sua dívida pública. São recursos massivos que poderiam estar financiando combustíveis renováveis, capazes de manter a qualidade dos empregos no país, reduzir a produção poluente nacional e elevando a competitividade do país no comércio exterior.

São poucos os países que têm essas vantagens na transição energética e produtiva que o século XXI demandará. Portanto quem tem recursos naturais e financeiros parecem ser os mais capazes de superar ou atenuar as adversidades que devem acometer a humanidade. Os esforços de mitigação, levando em consideração os recursos sauditas e emiradenses, parecem não ser suficientes para reverter a trajetória perigosa que caminha o clima. No entanto, se é a adaptação emergencial e

rápida que separará as capacidades das nações das dificuldades futuras, os SWFs parecem ser uma peça-chave no financiamento dessa transição e, quem os detém, parecem ser os mais prováveis de diminuir o tamanho das dificuldades a serem enfrentadas.

No entanto, ainda são alternativas que revelam o que esses países pensam em relação às mudanças climáticas. Não entendem como uma emergência a alteração do clima provocado pelas atividades econômicas que os tornaram ricos. E seus investimentos, assim como a atividade exportadora de commodities, não alteram a lógica pela qual o sistema produtivo desses países opera. Ainda são grandes corporações, que necessitam crescer e gerar lucros para seus acionistas e, no caso dos SWFs, os cotistas são os nacionais. Não é pelos SWFs, nem pelos países do Golfo árabe que se revelarão novas formas de se compreender o consumo, a produção, a institucionalidade. O desenho de um fundo soberano segue a lógica e os padrões do mercado financeiro, que entende, apesar de menos predatório, uma vez que a desconsideração do meio ambiente se introduz, mesmo que de forma marginal, ainda mantém seus objetivos de acúmulo, busca por retornos financeiros e aumento de seu valor patrimonial.

10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HASSAN, Adnan, A Practical Guide to Sovereign Wealth Funds, Londres, European Money Books, 2009

VIEIRA, Fabio Alonso, Os Fundos Soberanos de Riqueza como Instrumento ao Desenvolvimento Integral, Belo Horizonte, Arraes, 2013

BAZOOBANDI, Sara, The Political Economy of The Gulf Sovereign Wealth Funds - A case study of Iran, Kwait, Saudi Arabia and the United Arab Emirates, Routledge, 2013

SEZNEC, Jean-François, The Gulf Sovereign Wealth Funds: Myths and Reality, Middle East Policy Council, 2008

HAMMER, Cornelia, KUNZEL, Peter, PETROVA, Iva, Sovereign Wealth Funds: Current Institutional and Operational Practices, IMF Working Paper WP/02/254, Monetary and Capital Markets Department, Novembro 2008

OCDE, International Investment of SWFs, Novembro 2007. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/inv/investment-policy/39979894.pdf> acesso em: 05/06/2021

AL-SARIHI, Aisha, Climate Change and Economic Diversification in Saudi Arabia: Integrity, Challenges, and Opportunities, The Arab Gulf States Institute in Washington, 2019

TAGLIAPIETRA, Simone, The Geoeconomics of Sovereign Wealth Funds and Renewable Energy: Towards a New Energy Paradigm in the Euro-Mediterranean Region, European Energy Journal, V. 3, Issue 1, Janeiro, 2013

PETERSON, J.E., Life After Oil: Economic Alternatives for the Arab Gulf States, Mediterranean Quarterly 20:3, 2009

PUBLIC INVESTMENT FUND, Public Investment Fund Program 2021-2025, Reino da Arábia Saudita, 2021

ADIA, Abu Dhabi Investment Authority, 2021. Homepage do SWF. Disponível em: < <https://www.adia.ae/>>. Acesso em: 28/03/2021

ADIA, Sustainable Investing at ADIA, 2022. Disponível em: <https://azcdewebp0003.azureedge.net/azstcwebp0002/azure/adia/media/2020/11/adia-renewable-energy-portfolio.pdf>

QIA, Qatar Investment Authority, 2021. Homepage do SWF. Disponível em <https://www.qia.qa/Default.aspx>. Acesso em: 25/03/2021

KIA, Kuwait Investment Authority, 2021. Homepage do SWF. Disponível em <https://kia.gov.kw/investments/> Acesso em: 24/03/2021

SWFI, Top 100 Largest Sovereign Wealth Fund Rankings by Total Assets, 2022. Disponível em: <https://www.swfinstitute.org/fund-rankings/sovereign-wealth-fund>

GREEN INVESTMENT GROUP, GIG, 2022, site oficial do fundo. Disponível em: <https://www.greeninvestmentgroup.com/en/who-we-are/our-mission.html>

GREENKO GROUP, site oficial da companhia. Disponível em: <https://greenkogroup.com/about.php#company>

KIM, Ji Hyun, Equis raises \$1.25bn equity from ADIA and Ontario Teachers', notícia de jornal, 13/11/2020. Disponível em: <https://www.infrastructureinvestor.com/equis-raises-1-25bn-equity-from-adia-and-ontario-teachers/>

TARSHID, site oficial da companhia. Disponível em: <https://www.tarshid.com.sa/>

LUCID MOTORS, site oficial da companhia. Disponível em: https://ir.lucidmotors.com/?_ga=2.101704577.1668476808.1657140241-7780622.1657140241

AL OTHMAN, Reema, Saudi Arabia Targets Carmaking Big League With Lucid Tie-Up, Bloomberg, 19/05/2022, Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-05-19/saudi-arabia-targets-carmaking-big-league-with-lucid-tie-up>

D'AVIGNON, A., CARUSO, L. A. C., O caráter necessariamente sistêmico da transição rumo à economia verde, Política Ambiental, n.8, Belo Horizonte, Junho 2011

YANG, Z., NGUYEN, T. T. H., NGUYEN, H. N., NGUYEN, T. T. N., CAO, T. T., Greenwashing behaviours: causes, taxonomy and consequences based on a systematic literature review, Journal of Business Economics and Management, Vol 21, Issue 5, 2020

BANCO MUNDIAL, população Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita, 2021, disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL>

CARMO, Corival, Venezuela: democratização e transformações econômicas no governo Hugo Chávez / Venezuela: democratization and economic transformations in the Hugo Chavez government. Brazilian Journal of International Relations, Marília, SP, v. 1, n. 1, p. 91–131, 2021. DOI: 10.36311/2237-7743.2012.v1n1.p91-131. Disponível

em: <https://revista-teste.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/1826..> Acesso em: 13 nov. 2023.

PADULA, R., CECILIO, M., OLIVEIRA, I., PRADO, C., Guyana: Oil, Internal disputes, the USA and Venezuela, Contexto Int., Jan/Apr, 2023